

A maior crise financeira da história

Econ. Brasil

O País está no início da maior crise financeira de que se tem notícia em nossa história — afirmaram ontem dirigentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), depois de uma reunião da diretoria da entidade. Os empresários Cláudio Bardella e Walter Saccá — ambos do Conselho Superior de Economia da Fiesp — declararam que, se o governo não lançar um plano econômico consistente imediatamente, em que prevaleçam a seriedade e austeridade, 30% da economia nacional poderão entrar em estado de iliquidez nos próximos dois meses devido às altas taxas de inflação e, consequentemente, insuportáveis taxas de juros.

Bardella acrescentou que a crise que se avizinha será muito pior que a recessão do período 1981-83. "A recessão virá inevitavelmente, isso é triste, mas pode escrever", disse Bardella, enquanto Walter Saccá informava que "a indústria já está trabalhando com a certeza da recessão no segundo semestre".

Em seguida, Cláudio Bardella forneceu alguns dados levantados e analisados durante a reunião de ontem na Fiesp: dos 50 setores industriais que informaram sobre sua situação, 28 estão apresentando forte retração de atividade enquanto outros 22 estão estáveis. Diante desses números, Walter Saccá ponderou que a recessão ainda não é generalizada e Bardella disse que, mesmo assim, já "não há mais investimentos em nenhum setor industrial", observando ainda que tudo indica que, em 60 dias, os setores ainda não atingidos também estarão numa "profunda recessão".

Política

Cláudio Bardella lembrou que, na sexta-feira passada, esses problemas foram apresentados ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que almoçou na Fiesp. Bardella garantiu que Bresser está ciente e preocupado, mas que ainda tem pouco tempo de cargo para poder tomar as medidas necessárias. Contudo, Bardella e Saccá disseram que "a irracionalidade das decisões políticas não pode mais prevalecer sobre a racionalidade das necessidades econômicas". E esse é um dado que tem assustado os empresários e que, aliás, tem sido inconsistentemente levantado por todos os setores da iniciativa privada.

Nessa irracionalidade política, os dois empresários não hesitaram em apontar o descontrole dos gastos públicos, os projetos não prioritários — como a Ferrovia Norte-Sul e a siderúrgica no Maranhão —, salários dos marajás, "coisas sobre as quais a iniciativa privada não tem nenhum tipo de controle e que se acentuaram nos últimos meses", salientou Saccá.

"Está na hora de pôr o pé no chão e começar tudo de novo, mas não da forma errada", protestou Bardella, apontando como saídas, em nome dos empresários, equilíbrio no orçamento do governo, — "ou seja, o Estado não pode gastar mais do que arrecada" — e uma definição para o problema externo do País, "sem a qual será impossível balizar qualquer plano interno para garantir investimentos", frisou Bardella.

Dívida financeira

Ele disse ainda, que não são apenas as médias, pequenas e microempresas que estão em situação de iliquidez. Resaltou que todas as empresas, de vários setores, que entraram neste ano com dívida financeira, não terão condições de pagar seus débitos com taxas reais de juros de até 30% ao ano (embora os empresários tenham deixado claro que já conviveram, no passado, com taxas reais de juros mais elevadas, a situação agora é agravada pela inflação descontrolada).

Bardella ressaltou a situação das empresas, que em janeiro trabalhavam com 50% de recursos próprios e 50% de terceiros e elevaram a dívida financeira para 2/3 e a parte própria para 1/3. Em mais dois ou três meses, com inflação de 20%, terão 100% dos seus recursos como débito financeiro. "Em outras palavras estarão iliquidos e não poderão pagar", disse Bardella.

Acrescentou que o ocorrido de março para frente "chocou os empresários, com a velocidade da retração do consumo e da produção". Para eles, entretanto, com medidas adotadas imediatamente a situação poderá ser revertida em curto prazo. "Daí a urgência desse plano", afirmou Saccá. Além disso, os dois empresários acham que esse plano deve reduzir gastos do governo e programar a economia, "porque não temos qualquer programação hoje", e que ele seja sério e austero para valer.

Bardella acha que não há mais espaço para um novo choque, porque a velocidade de cada agente econômico é diferente e os mecanismos tradicionais de ajuste econômico estão com pouquíssima margem de manobra. Isto é, não há espaço mais na política monetária (emitir é igual a elevar ainda mais a inflação) nem na política fiscal (arrecadar mais é impossível porque o lucro das empresas está desaparecendo) ou cambial. Além disso, Bardella lembrou que existe um "estrangulamento externo" que vem agravar mais a situação e que precisa ser "desatado" o mais rápido possível, mediante uma renegociação da dívida favorável ao crescimento.

Preconizou também o saneamento imediato de algumas estatais com dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) em vez de aplicá-lo em obras não-prioritárias, e fechar aquelas estatais inviáveis. "Além disso o governo provavelmente terá de tomar medidas que sejam impopulares e aí está a questão política", observou.

Walter Saccá e Cláudio Bardella observaram que o desemprego deverá se agravar já a partir de julho, tomando dimensões mais negativas em agosto. Na verdade, os dados da Fiesp, já mostraram isso. Reativar a economia agora, para os empresários seria bom, e eles ainda poderiam tentar segurar essa situação, embora não haja muito otimismo. Mas ressaltam que os investimentos escasseiam cada vez mais e que converter parte da dívida externa em capital de risco, aqui dentro, "é difícil porque o Brasil está muito barato, caso contrário não terá como pagar a dívida no futuro", como explicava Bardella. Finalmente, disse não acreditar que o governo vai matar a livre-iniciativa agora ("as estatais estão tecnicamente quebradas"), "porque vão precisar da gente para pagar a conta no final".



Para Cláudio Bardella e Walter Saccá ainda é possível evitar o agravamento da situação.